

Corpos contados, corpos descartados: a violência ironizada no conto *Gols*, de Divanize Carbonieri

Counted Bodies, Discarded Bodies: The Metaphorized Violence in the Short Story *Gols*, by Divanize Carbonieri

Isabela Cardoso de Oliveira Raymundo¹

Luis Carlos Alves de Melo²

Resumo: Este artigo reflete sobre as construções históricas e simbólicas da feminilidade no Ocidente, destacando como discursos filosóficos, religiosos, científicos e literários moldaram e naturalizaram a desigualdade de gênero. A partir de autores clássicos, como Platão, e de pensadoras feministas, como Simone de Beauvoir, Gayle Rubin e Judith Butler, discute-se a persistência de estruturas patriarcais que inscrevem o corpo feminino como “outro” e como objeto de controle social. Em diálogo com as contribuições de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, o trabalho analisa como as práticas discursivas produzem corpos subalternizados e legitimam violências simbólicas, materiais e institucionais. A segunda parte volta-se para a literatura de autoria feminina, especialmente a obra de Divanize Carbonieri, que tensiona representações normativas de gênero e explicita a lógica da dominação masculina em narrativas como *Nave Alienígena* (2022). O estudo conclui que a literatura contemporânea escrita por mulheres se constitui como espaço de resistência, desnaturalizando estereótipos, denunciando processos de abjeção e reinscrevendo corpos historicamente marginalizados no centro da narrativa.

Palavras-chave: Gênero; Feminilidade; Poder; Divanize Carbonieri.

Abstract: This paper reflects on the historical and symbolic constructions of femininity in Western culture, highlighting how philosophical, religious, scientific, and literary discourses have shaped and naturalized gender inequality. Drawing on classical thinkers such as Platão and feminist theorists including Simone de Beauvoir, Gayle Rubin, and Judith Butler, it discusses the persistence of patriarchal structures that inscribe the female body as the “other” and as an object of social control. In dialogue with Michel Foucault and Pierre Bourdieu, the study analyzes how discursive practices produce subordinated bodies and legitimize symbolic, material, and institutional violence. The second part focuses on women’s literature, particularly the works of Divanize Carbonieri, which challenge normative representations of gender and expose the logic of male domination in narratives such as *Nave Alienígena* (2022). The study concludes that contemporary women’s writing functions as a space of resistance, denaturalizing stereotypes, denouncing processes of abjection, and reinscribing historically marginalized bodies at the center of literary narratives.

Keywords: Gender; Femininity; Power; Divanize Carbonieri.

Breves reflexões sobre gênero e feminilidade em transe

A construção da identidade feminina ao longo da história não se deu de forma natural ou espontânea, mas resultou de um intrincado processo de atribuição de sentidos promovido por instituições que detinham (e ainda detêm) o poder de definir o que é ser mulher. Desde os primeiros registros das civilizações ocidentais, a figura feminina foi

¹ Graduada em Letras. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6599030768057719>. Orcid: orcid.org/0009-0006-8068-8117. E-mail: isabela898.ic@gmail.com

² Doutor em Letras - Estudos de Literaturas. Professor Adjunto de Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3569712521350517>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6984-6440>. E-mail: luisacam@outlook.com

sistematicamente moldada por discursos que a situaram como dependente, subalterna, passiva. Essa arquitetura simbólica da desigualdade se ancora em fundamentos filosóficos, científicos, religiosos e jurídicos que não apenas justificaram a inferiorização das mulheres, mas naturalizaram sua condição de objeto, propriedade e extensão do masculino. Segundo as leis romanas e gregas mais antigas, a mulher estava sob o poder marital, que os romanos chamavam de *manus*. Da *manus* do pai ela era passada a *manus* do marido, com este morto, passava a tutela dos filhos, e na falta destes, para a tutela dos parentes do marido (Coulanges, 1998, p. 144).

Entre os séculos V e IV (a.C), os homens de classes mais altas passavam a maior parte do tempo longe da família. As esposas eram relegadas à permanência em casa. O casamento tinha caráter de arranjo político e econômico, destituído de elementos românticos. Os homens se casavam para garantir a legitimidade de alguns filhos, adquirir a propriedade da mulher pelo dote e para ter quem cuidasse da casa em sua ausência. Mas as esposas não eram vistas como iguais aos maridos, não apareciam em público com eles, muito menos eram encorajadas a participar de qualquer forma de atividade social, política ou intelectual (Burns, 1941, p. 190).

Ainda no pensamento clássico ocidental, a filosofia de Platão estabelece uma teoria que distingue o mundo sensível, associado à matéria, à mudança e à imperfeição, do mundo inteligível, vinculado à razão, à permanência e à verdade. Essa cisão entre corpo e alma foi transposta para a organização social, operando como um modelo metafísico de valoração hierárquica. O corpo, entendido como fonte de engano e limitação, passou a ser concebido como obstáculo à virtude e ao conhecimento, enquanto a razão, atributo elevado, era associada à natureza masculina. A mulher, por sua vez, historicamente relacionada ao corpo e à reprodução, foi inscrita simbolicamente no polo inferior dessa dicotomia.

Sobre isso, Duby e Perrot (1990, p. 110) afirmam:

[...] alma e movimento de um lado, corpo matéria e passividade do outro. A problemática do gênero, o esforço para definir a diferença sexual como variante quantitativamente mensurável no interior de um conceito de genos em que a reprodução e a unicidade morfológica permanecem compatíveis, leva ao sistema de dicotomias tais que o feminino ocupa o lugar do negativo, da alteração, do defeito.

Ainda que em sua principal obra, *A República*, Platão reconheça a capacidade das mulheres para desempenhar funções semelhantes às dos homens caso recebam a mesma educação, em outras obras, como o *Timeu*, ao tratar da criação das mulheres, ele afirma que o nascimento em corpos femininos representa um estágio inferior da alma — uma espécie de punição às almas que falharam enquanto homens.

Todos os homens covardes que levaram uma vida injusta, de acordo com o provável discurso, transformaram-se em mulheres na segunda encarnação. Naquela época, os deuses criaram o amor pela cópula [...] Portanto, as partes pudendas dos homens, sendo desobedientes e independentes, como um animal que não ouve a razão, tentam dominar tudo por causa de seus desejos apaixonados. Os chamados úteros e ventres nas mulheres [...] até que o desejo de um e o amor do outro, como se estivessem colhendo frutos das árvores, os reúnam e, depois de plantar no útero, como em solo fértil, animais invisíveis por causa de sua pequenez e falta de forma, e separar os amantes novamente, criem os primeiros dentro de si e, depois de trazê-los mais tarde à luz, produzam a geração de seres vivos. Desse modo, todos os animais, de então e de agora, tornam-se uns aos outros e são transformados de acordo com a perda ou aquisição de inteligência ou insanidade (Platão, 2012, p.54, tradução própria)³

Esse sistema simbólico contribuiu para a constituição de um modelo civilizatório que, ao longo dos séculos, consolidou a mulher como o “outro” do homem, o que Simone de Beauvoir posteriormente identifica como um dos mecanismos fundamentais da opressão de gênero. A influência desse dualismo adereçado por Platão não se encerra no âmbito filosófico. Ela se espalha para outras instâncias de poder, como a religião, por exemplo, onde se mostra de crucial importância para a consolidação e manutenção da dominação masculina. O cristianismo, em especial, incorporou a cisão entre corpo e alma, atribuindo valores morais distintos a cada um desses elementos. O corpo, considerado corruptível e inclinado ao pecado, foi associado ao desejo e à tentação –

³ No original: Todos los varones cobardes y que llevaron una vida injusta, según el discurso probable, cambiaron a mujeres en la segunda encarnación. En ese momento, los dioses crearon el amor a la copulación [...] Por ello, las partes pudendas de los hombres, al ser desobedientes e independientes, como un animal que no escucha a la razón, intentan dominarlo todo a causa de sus deseos apasionados. Los así llamados úteros y matrices en las mujeres[...] hasta que el deseo de uno y el amor de otro, como si recogieran un fruto de los árboles, los reúnen y, después de plantar en el útero como en tierra fértil animales invisibles por su pequeñez e informes y de separar a los amantes nuevamente, crían a aquéllos en el interior, y, tras hacerlos salir más tarde a la luz, cumplen la generación de los seres vivientes. Así surgieron, entonces, las mujeres y toda la especie femenina.[...] De esta manera, todos los animales, entonces y ahora, se convierten unos en otros y se transforman según la pérdida o adquisición de inteligencia o demencia (Platão, 2012, p. 54).

características projetadas sobre o feminino. A alma, por outro lado, associada à razão, à fé e à salvação, passou a ser concebida como domínios idealmente masculinos. Essa visão reforçou a associação da mulher com o pecado, a carne e a desordem, como exemplificado na narrativa bíblica da Queda, em que Eva, ao desobedecer a Deus, é responsabilizada pela entrada do mal no mundo.

Segundo a tradição judaico-cristã, já no mito da criação, a mulher surge apenas como mera derivação do homem. A partir dos três versículos (Gênesis 2:21-23) que se iniciam com “Mandou, pois, o Senhor Deus um profundo sono a Adão; e, enquanto ele estava dormindo, tirou uma de suas costelas [...]”, apreendemos a impressão de que o corpo dessa mulher é de segunda classe. Deus cria Adão do barro, à sua imagem, enquanto Eva é uma costela descartável. A vida é insuflada diretamente nas narinas de Adão, animando seu corpo. O corpo de Eva é matéria nascida de matéria, o afastando ainda mais da mão do Criador⁴.

Na Idade Média, essa concepção foi amplamente utilizada pela Igreja para justificar o controle sobre os corpos femininos, sua exclusão dos espaços de poder e submissão ao patriarcado. A religião possuía enorme poder político, era forte presença na vida medieval e exercia grande influência sobre as normas sociais. Assim, as mulheres eram julgadas conforme suas tradições, que frequentemente as associavam à pureza, obediência e cuidado familiar. As “desviantes” do comportamento social esperado eram vistas como insubmissas, perseguidas e executadas publicamente perante tribunais religiosos.

Quanto às representações médicas e anatômicas da época, elas colaboraram para essa construção simbólica da mulher como um “homem incompleto” ou “defeituoso”. A pesquisadora Marie-Christine Pouchelle, ao estudar manuscritos de cirurgias medievais, identificou que a vagina era frequentemente representada como um falo invertido, reforçando a ideia de que o corpo da mulher era uma variação imperfeita do

⁴ De acordo com textos apócrifos da tradição judaica, como o Alfabeto de Ben Sira, Eva não teria sido a primeira mulher criada por Deus. Antes dela, teria existido Lilith, formada da mesma substância que Adão — o barro — e, portanto, igual a ele em origem. Por recusar-se a ocupar uma posição de submissão, Lilith é transformada em um demônio. “Lilith baseia-se mais diretamente em *O Alfabeto de Ben Sira (ABS)*, uma coleção anônima de provérbios e histórias escritas em aramaico e hebraico, datada de algum lugar entre os séculos VIII e X d.C. Aqui Lilith precede Eva como a primeira esposa de Adão, e sua recusa em se submeter sexualmente a leva a fugir, perseguida por anjos e, depois disso, viver uma existência amaldiçoada. Em uma história ainda mais longa da mitologia popular, ela pertence a linhagens de deusas e espíritos codificadas como sedutoras e demoníacas” (Forner, 2024, p. 201). Essa narrativa reforça simbolicamente a associação entre o feminino rebelde, a desobediência e a desordem, lançando as bases para a figura da “mulher perigosa”, ainda hoje presente no imaginário social.

corpo masculino (Pouchelle, 1983 apud Bourdieu, 2024, p. 32). Até o Renascimento, não havia sequer terminologia anatômica específica para descrever os órgãos genitais femininos com precisão, de modo que o sexo da mulher era imaginado como composto pelos mesmos órgãos do homem, apenas voltados para dentro. (Laqueur, 1987 apud Bourdieu, 2024, p. 32) Essa ignorância não era meramente científica, mas culturalmente sustentada por um imaginário que negava à mulher qualquer autonomia simbólica sobre o próprio corpo, relegando sua identidade ao espelho invertido da masculinidade.

Durante séculos, tentou-se justificar as diferenças entre homens e mulheres por meio de explicações baseadas no corpo ou na mente. A anatomia, a fisiologia e a psicologia foram mobilizadas para sustentar a ideia de uma hierarquia natural entre os gêneros, atribuindo às mulheres uma posição de inferioridade como um dado biológico incontestável. Até o início do século XX, as ciências humanas, em grande parte, seguiram essa lógica, tomando o sexo biológico como chave para compreender as diferenças sociais. O que esta abordagem não se mostrou capaz de explicar, entretanto, é como é possível, por exemplo, mulheres de diferentes lugares do globo, em diferentes momentos da história, apesar de possuírem constituição fisiológica semelhante, se comportarem de maneiras tão particulares.

É neste fazer cultural e histórico complexo que os significados de gênero e dos processos de identificação se desenvolvem. O conceito de gênero, como o compreendemos hoje, só surge após a Segunda Guerra Mundial, ao fim da chamada segunda onda do feminismo. Após passarem o final do século XIX e início do XX lutando pelo reconhecimento de direitos civis e políticos básicos, mulheres ao redor do mundo começaram a questionar as estruturas mais profundas que sustentavam as relações desiguais de poder que as desfavoreciam.

No âmbito da filosofia, destaca-se a figura da feminista francesa Simone de Beauvoir, cuja obra central *O Segundo Sexo* (1949) dá novo fôlego às reflexões da época ao refutar a existência de uma natureza feminina dada pela biologia. Beauvoir aponta para os processos de socialização que condicionam as mulheres a determinadas expectativas sociais. Assim, ao invés de uma consequência inevitável, a feminilidade é entendida como produto da cultura, das instituições e das relações sociais que reproduzem a desigualdade entre os gêneros.

É, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da

mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (Beauvoir, 1980, p. 57).

Dadas as ciências biológicas como insuficientes para elucidar as subjetividades identitárias existentes, a palavra gênero surge enquanto categoria – ou seja, uma ferramenta teórica criada para organizar e analisar fenômenos sociais, culturais, psicológicos ou históricos – para compreensão das ideias sobre as relações entre o feminino e o masculino. Em um período em que as ciências humanas afirmavam que a desigualdade não era natural (mas social), e a antropologia se questionava sobre a universalidade da opressão das mulheres, muitas outras pensadoras feministas se debruçaram sobre os mecanismos simbólicos e institucionais que sustentavam a hierarquização dos gêneros.

Em seu texto *O Tráfico de Mulheres* (1975), a antropóloga norte-americana Gayle Rubin estabelece as bases dos estudos de gênero que ganharam força a partir da década de 1970. Sua contribuição inaugura uma nova abordagem dentro da antropologia ao deslocar o foco do determinismo biológico para os arranjos sociais que produzem e regulam a sexualidade e o gênero. Rubin formula o conceito de “sistema sexo/gênero”, compreendido como “uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (Rubin, 2017, p. 11).

Complementando esse entendimento, a autora ainda passa a aprofundar a ideia de que os sistemas sexo-gênero variam historicamente e culturalmente, mas, no Ocidente moderno, tendem a se organizar em torno da naturalização da heterossexualidade como norma social e reprodutiva. Assim, gênero e sexualidade devem ser pensados em articulação, pois é justamente o arranjo do parentesco – mediado pelo casamento e pela divisão sexual do trabalho – que institui as diferenças entre homens e mulheres. Assim, a desigualdade de gênero se revela profundamente conectada ao controle da sexualidade feminina e à consolidação do ideal heterossexual

compulsório, o que evidencia que a hierarquia entre os sexos é sustentada por um conjunto de práticas sociais e simbólicas que reforçam a dominação masculina.

Ao elaborar o conceito de “sistema sexo-gênero”, Rubin abre caminho para que outras teóricas, sob outros prismas feministas, avancem ainda mais na desconstrução da noção de identidade de gênero como algo natural ou fixo. A filósofa Judith Butler, ao mesmo tempo que faz ressalvas ao explorar as limitações da distinção sexo/gênero, vai além, e propõe o entendimento do gênero como ato performativo, ou seja, constituído por meio da repetição de práticas, gestos e comportamentos que, quando reiterados socialmente, produzem a aparência de uma identidade coerente e estável. Em *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da Identidade* (1990), para pensar o tema, Butler dispensa as abordagens culturalistas e essencialistas que se fundam na crença de que o conceito de sexo seria um dado natural, logo, pré-cultural, e de que o gênero funcionaria como expressão de uma essência anteriormente definida pelo biológico. Ao invés disso, formula um dos conceitos centrais de sua obra: o de performatividade de gênero, que compreende o gênero não como uma substância, ou seja, fixa e/ou a priori, mas sim como atos reiterados, performados, contingente e politicamente construídos no tempo. Tal repetição de atos tende, pela própria recorrência, à naturalização que levaria exatamente a essa impressão do gênero enquanto atributo natural do ser, como expõe a autora: “o gênero é a estilização de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual, se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2019, p. 69).

O que há, portanto, são discursos, normas e práticas culturais que definem o que é ser uma mulher, em que tais discursos operam como dispositivos de poder que controlam os corpos e moldam as subjetividades. Assim:

[...] a ‘feminilidade’ não deve ser entendida como a exteriorização de alguma essência inata e inerente; em vez disso, a feminilidade é produzida como efeito de determinados desempenhos com marca de gênero que são culturalmente codificados como femininos. A ‘feminilidade’ é uma construção cultural, maleável e impermanente; ela não pode ser entendida como algum tipo de essência preexistente que é exteriorizada como gênero [...] Se a identidade de gênero é definida como um efeito de múltiplas práticas culturalmente significativas, também a performatividade, como um modelo para a realização do gênero, está muito afastada de um modelo em que haja um forte senso de volição e agência separado de preconceitos e influências culturais (Murphy, 2012, p. 447-448).

Esse deslocamento teórico é essencial para compreender como o sistema de gênero, enquanto estrutura simbólica e normativa, não só organiza as desigualdades entre homens e mulheres, como também marginaliza e violenta aqueles que não se enquadram nessa lógica.

Ao propor a natureza performativa do gênero, Butler leva sua análise adiante à luz das proposições que Michel Foucault faz sobre o conceito de poder. Seu pensamento se revela fundamental para elucidar uma análise das normas de gênero, sobretudo porque transfere o poder de uma perspectiva puramente repressiva e centralizada para uma lógica capilar e produtiva. Entende-se que poder não se trata de algo a ser possuído, mas uma relação que se estabelece entre os sujeitos. Estaria, portanto, presente em todos os lugares, exatamente por não emanar de um centro único – como um patriarca, por exemplo –, mas se inscreve nos comportamentos sociais e nas micro-relações cotidianas, cuja manutenção é feita pelos discursos e pelas instituições.

Sobre essa questão, Foucault comenta:

Primeiramente, poder é algo exercido em toda a sua espessura, em toda a superfície do campo social, segundo todo um sistema de intermediações, conexões, pontos de apoio, coisas tênues como família, relações sexuais, moradia etc. Por mais finos que sejam os capilares da rede social a que chegemos, encontraremos o poder, não como algo possuído por alguém, mas como que se passa, que se efetua, se exerce. [...] Não é possuído, porque é algo que está em ação, que se arrisca. Logo, o que está no cerne do poder é uma relação belicosa, e não uma relação de apropriação (Foucault, 2015, p. 207).

No contexto das problemáticas de gênero, isso significa que o “feminino” e o “masculino” não são dados naturais, mas categorias discursivamente produzidas por meio dessas relações de poder. A ideia de que “a mulher é de um jeito” ou “o homem é de outro” não apenas descreve papéis, mas os materializa na realidade, validando as práticas discursivas enquanto um elo entre o próprio discurso (enunciações) e a prática (práticas sociais dos sujeitos). Dessa forma, são compreendidos como “proposições que adquirem caráter de verdadeiras passando a constituir princípios aceitáveis de comportamento” (Foucault, 1971 apud Fernandes, 2012, p.19). Estes saberes, ao serem reiterados historicamente, em um tempo e espaço, se tornam mecanismos de controle e dominação sobre os corpos.

Fortemente influenciada por Foucault, Butler propõe que a performatividade de gênero não é livre; ela se dá dentro de uma moldura regulatória imposta pelas relações de poder. Dessa forma, não haveria uma “mulher” por trás das ações ditas femininas, mas seriam essas ações reiteradas que produzem a mulher enquanto tal. Em outros termos “o gênero não acontece de uma vez por todas quando nascemos, mas é uma sequência de atos repetidos que se enrijece até adquirir a aparência de algo que esteve ali o tempo todo” (Salih, 2012, p. 94).

Sendo assim, ser mulher (ou ser lida como mulher) implica estar sujeita a normas que delimitam o que é ser “feminina”. Essas normas, longe de serem universais, são moldadas por padrões raciais, estéticos, capacitistas e classistas que determinam quais corpos são inteligíveis dentro da matriz cis-heteronormativa e quais são desumanizantes, passíveis de apagamento ou violência. Ao entender o gênero como prática de poder, torna-se possível perceber que não se trata apenas de uma questão de funções sociais, mas de uma tecnologia de controle que produz corpos subalternizados. Isso nos leva ao cerne da presente discussão: esses estereótipos de feminilidade não apenas impõem modelos inalcançáveis de beleza e comportamento às mulheres, como também geram formas específicas de violência, sejam elas simbólica, discursiva, institucional e física, sobre aquelas que escapam à norma.

Ao reduzir determinados corpos a estereótipos e categorias inferiores, se estabelece uma base discursiva e cultural que legitima formas explícitas de agressões. Quando corpos dissidentes são constantemente representados como abjetos, objetos de desejo exótico ou de escárnio, eles são despojados de sua complexidade humana. A naturalização dessas imagens abre espaço para a permissividade social diante de abusos físicos, negligência institucional, discriminação sistemática e homicídios. A sexualização precoce de meninas negras, a exotificação de mulheres indígenas e a objetificação de corpos gordos, por exemplo, são práticas que reforçam a ideia de que esses corpos existem para o consumo, o controle e o julgamento do outro. Esses mecanismos operam em cadeia: da inferiorização à invisibilidade, da invisibilidade à desumanização, e desta à violência.

Este entendimento e as ideias expostas por todos os teóricos colocados descortinam dilemas e nos interpelam a pensar sobre o momento presente, em particular no Brasil, com a atual reação à consolidação de direitos sociais, em torno do que o neoconservadorismo tem chamado de “ideologia de gênero”: aviltantes manifestações

contra a liberdade de expressão de sexualidades na arte e violência homofóbica, misógina, racista e transfóbica. Essa investida conservadora se reflete, inclusive, em tentativas de censura a obras literárias, em ataques a artistas e educadores e em políticas públicas que invisibilizam ou negam os direitos das mulheres, das pessoas LGBTQIA+ e de outros grupos historicamente marginalizados. Tais ações não apenas reafirmam a violência simbólica contra corpos dissidentes, como também alimentam um ambiente de intolerância que legitima outros tipos de violência.

Nesse sentido, é importante observar como as discussões de gênero vêm atravessando a história da literatura e interferindo em sua consolidação como campo simbólico, pois, mais do que nunca, a literatura se configura como instrumento de reflexão sobre a realidade e resistência política. Para esse entendimento, Telles (1992) aponta que, por muito tempo, a literatura feminina ocupou um lugar de marginalidade, estando à parte do cânone. O que não se deve à ausência de autoras mulheres, mas sim de mecanismos de legitimação e exclusão operados por um discurso androcêntrico, que definiu a norma a partir de valores masculinos e apagou ou minimizou a contribuição das mulheres para o universo literário. Podemos dizer que “a figura da autora foi deformada [...] e para se chegar a ela é preciso ler através das ocultações que apontam conflitos sincrônicos entre as representações da mulher, as representações de sua desfiguração e sua formação pela escrita” (Telles, 1992, p. 45-46).

Divanize Carbonieri, o corpo literário em inscrição

A partir das reflexões empreendidas até aqui, é preciso se ter em mente que, na medida em que as práticas discursivas são permeadas por relações de poder, o discurso em si será automaticamente reconhecido como um dos meios mais eficientes de dominação. Consequentemente, essas relações de poder, intrínsecas ao discurso, se relacionam diretamente com a representação social do indivíduo por meio da linguagem. Bourdieu (2006) identifica o “poder das representações” na construção da realidade social, na medida em que podem contribuir na produção daquilo por elas descrito e designado, e destaca que nas lutas pelas representações, o problema central estaria na hierarquização da estrutura social. Logo, seria nesse proferir dos discursos, imbuídos de valores ideológicos, que o indivíduo subordinado às amarras sociais passa a agir sobre e desempenhar essa representação imputada em sua identidade e seu corpo.

Pensando, então, na condição do feminino representada pela instituição literária, é importante pontuar que

antes do surgimento das primeiras manifestações literárias de autoria feminina, o sujeito detentor do direito ao discurso - e, assim, do poder - era do sexo masculino, branco, de classe média alta, e as representações até então erigidas se davam unicamente por esta perspectiva social, atestando o silenciamento e invisibilidade até então reservadas ao sexo feminino (Rossini, 2016, p. 101).

No que diz respeito à representação de personagens femininas na literatura, as características mais evidentes são o silenciamento e a submissão da mulher a estereótipos. Por séculos, essas personagens foram construídas a partir de um olhar masculino, que as reduzia a papéis estreitos, subestimados, objetificados e invisíveis. A musa, a virgem, a mãe, a louca, a prostituta – todas essas figuras, recorrentes na tradição ocidental –, obedecem a um imaginário binário que opõe a mulher santa à mulher profana, projetando sobre os corpos femininos os medos, desejos e idealizações do sujeito masculino.

No contexto da literatura brasileira, no romance *Iracema* (1865), de José de Alencar, por exemplo, a protagonista indígena é representada como virgem, musa e mãe simbólica da pátria, idealizada por sua beleza exótica. Capitu, em *Dom Casmurro* (1899), de Machado de Assis, é marcada pelo arquétipo da mulher ambígua, cuja inteligência e sensualidade são retratadas sob a desconfiança e o olhar controlador do narrador masculino, que a enxerga como promíscua. Pouco espaço era dado para a subjetividade de mulheres dissidentes em qualquer aspecto. Quando essas personagens surgiam, em geral, ocupavam lugares subalternizados (como empregadas domésticas, prostitutas ou figuras exóticas), a exemplo de Bertoleza, em *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, cuja condição de mulher negra e escravizada é atravessada por múltiplas camadas de subjugação e apagamento, ao tempo em que a personagem é tratada como mercadoria por seu companheiro.

Na contramão dessas representações reducionistas, autoras como Clarisse Lispector, Lygia Fagundes Telles e Carolina Maria de Jesus, entre outras, passaram a produzir narrativas centradas em personagens femininas que não se conformam aos papéis que lhes foram impostos, que desafiam a ordem patriarcal e que, muitas vezes, habitam um “não-lugar” social e simbólico. Carlos Magno Gomes (2019) afirma que:

Suas narrativas apresentam mulheres transgressoras que abandonam a identidade feminina tradicional por não se identificarem com a imposição de papéis tipicamente femininos. [...] Tal significado da imagem da transgressora reforça a ideia e um não lugar para a identidade de gênero como um lugar de resistência da autoria feminina brasileira (Gomes, 2019, p. 77).

Dessa forma, é nesse sentido que pensar a literatura sob a perspectiva de gênero implica também reescrever sua história e lançar luz sobre aquilo que foi apagado, silenciado ou marginalizado. Uma literatura que tematiza a exclusão, o escárnio, a violência e as populações atingidas por esses processos têm o potencial de transformar corpos historicamente marginalizados em sujeitos protagonistas de suas próprias histórias, contribuindo para a visibilização e a ampliação do debate sobre as múltiplas formas de violência que os atravessam. Na esteira dessas reescritas insurgentes se observa um movimento cada vez mais presente na literatura contemporânea brasileira de autoria feminina que busca evidenciar os corpos historicamente apagados do centro da narrativa. Escritoras como Conceição Evaristo e Eliane Alves Cruz partilham de um projeto literário que desloca o olhar sobre a experiência feminina para além dos arquétipos cristalizados pela tradição.

É desse terreno fértil que a obra da escritora e professora Divanize Carbonieri emerge e ganha proeminência. Nascida em 1975, em Sorocaba, no interior de São Paulo, Divanize é doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), professora de Literaturas da Língua Inglesa na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na mesma universidade. Além disso, também coordena o grupo de pesquisa LAALID - Literaturas Africanas e Afrodescendentes de Língua Inglesa na Diáspora. Sua produção acadêmica e seus trabalhos literários frequentemente abordam narrativas pós-coloniais e decoloniais em língua inglesa e portuguesa, além de temas relacionados ao ensino de línguas, representação feminina na literatura, identidade cultural e questões de gênero, com uma perspectiva interdisciplinar.

É autora dos livros de poesia *Entraves* (2017), ganhador do Prêmio Mato Grosso de Literatura na categoria poesia, *Grande depósito de bugigangas* (2018), selecionado pelo Edital de Fomento à Cultura da Prefeitura de Cuiabá, *A ossatura do rinoceronte* (2020), contemplado com o Prêmio Flipoços, *Furagem* (2020), seu livro de haicais, *Carga de cavalaria: haicais encavalados* (2021) e os infantojuvenis *O insight dos insetos*, e *Vira*

e *mexe*, um pet, ambos de 2021. Além destes, possui também as coletâneas de contos *Passagem estreita* (2019), finalista do 62º Prêmio Jabuti na categoria Contos e do 4º Prêmio Guarulhos, *Nojo* (2020), *Nave Alienígena* (2022).

Suas coletâneas de contos, em específico, transitam entre a crítica social e a experimentação estética, com forte presença de ironia, sarcasmo e denúncia, especialmente em relação às normas de gênero, às expectativas sobre as mulheres e às estruturas de poder que sustentam a opressão a que são submetidas. Mas sua grande matéria-prima e elemento primitivo do qual todas as suas outras discussões derivam parece ser o corpo. Desde *Entraves*, onde retrata imagens de corpos decadentes; *A ossatura do rinoceronte* remete a ideia dos restos mortais de um ser vivo pós extinção, representado na imagem do osso; além da figura do corpo que se automutila, se machuca, em *Grande depósito de bugigangas*. *Passagem Estreita*, *Nojo* e *Nave Alienígena*, no que lhes concerne, abordam a temática do corpo em seu viés mais politizado. Neles, a crítica se intensifica e adquire contornos ainda mais explícitos, desmascarando, sem pudor ou moderação, a realidade de corpos femininos considerados desviantes, ou seja, aqueles colocados à margem dos demais, os mais vulneráveis socialmente.

Divanize Carbonieri faz um constante exercício de testar os limites do desconforto e da sensibilidade de seu leitor. Seus mecanismos estéticos e narrativos são propositalmente articulados para tensionar a linguagem, provocar inquietações e desestabilizar percepções consolidadas sobre aspectos aparentemente triviais do cotidiano. O leitor é levado a uma quebra do automático, um deslocamento do superficial para o que se encontra nas profundezas das construções simbólicas e dos discursos que atravessam os corpos femininos. Trata-se dos preconceitos justificáveis, das violências legítimas. Os textos descrevem a mulher feia, a mulher gorda, a mulher negra; eles falam do que não se fala, evidenciam o escondido, desbanalizam o vulgar. A autora denuncia processos velados de abjeção social, utilizando o grotesco como hiperbolização do real. No aspecto estilístico, lança mão, também, da intertextualidade, do uso deliberado da oralidade e da linguagem popular, além da primeira pessoa narrativa como forma de aproximar o leitor da interioridade de seus personagens, ou, até mesmo, e por muitas vezes, fazê-los se reconhecer em suas vivências.

Nave Alienígena (2022), em especial, segue a lógica de ruptura com as estruturas tradicionais da narrativa para propor uma crítica feroz ao patriarcado; mas,

desta vez, deslocando o foco do corpo feminino, elaborado em outras obras, para o olhar masculino que o produz, o julga e violenta. Se em coletâneas anteriores, o leitor é confrontado com a materialidade do corpo que escapa à norma, em *Nave Alienígena* somos colocados dentro da cabeça dos homens que produzem essa norma. A autora opta por sete narrativas inteiramente em primeira pessoa, todas sob a perspectiva de personagens masculinos, cujas vozes ecoam um discurso misógino e machista próprio da dinâmica de poder que beneficia os homens em detrimento da mulher. São vozes que falam sobre mulheres como quem descreve objetos de consumo, comparam desejos sexuais a impulsos incontroláveis, atribuem defeitos a qualquer traço de autonomia feminina e justificam violências com argumentos banais. A ironia, por vezes sutil, por vezes escancarada, é o fio condutor que guia o leitor pelo abismo dessas subjetividades.

Assim, *Nave Alienígena* provoca um outro tipo de desconforto: o moral. O que causa o incômodo, tão característico da obra, não é apenas o que é dito, mas o fato de soar, e ser, absurdamente comum. O motivador do desconforto vem da palavra que banaliza o crime, da ideia que disfarça a opressão com romantismo, espiritualidade ou bom senso. Ao inverter a lente, a autora constrói um retrato imperativo da masculinidade real sob a qual as mulheres estão subjugadas, em seus diferentes espectros: do machista vulgar ao espiritualizado abusador, do intelectual arrogante ao misógino orgulhoso de sua ignorância.

Sob o placar de *Gols* (2022): corpos, poder e pactos masculinos

Gols é o primeiro conto da coletânea *Nave Alienígena* (2022), livro mais recente de Divanize Carbonieri, e, diferente das obras analisadas até aqui, se trata de uma inflexão na trajetória literária da autora. Ao invés de colocar no centro da narrativa vozes femininas, Divanize opta por deslocar seu foco narrativo e assume a perspectiva de protagonistas masculinos. A inversão do olhar permite à autora desvelar o funcionamento interno da lógica da dominação masculina, revelando os discursos, racionalizações e violências que sustentam o privilégio patriarcal e a dominação masculina. Composto por sete contos narrados em primeira pessoa por homens de diferentes perfis sociais e ideológicos, *Nave Alienígena* expõe, com ironia corrosiva, as múltiplas formas pelas quais a masculinidade normativa se manifesta no cotidiano, naturalizando a objetificação das mulheres e silenciando corporalidades dissidentes.

Em *Go/s* acompanhamos um advogado bem-sucedido que utiliza de sua influência para conseguir sair com uma atriz jovem em começo de carreira. Ao mesmo tempo que o conto expõe de forma extensa o olhar objetificante e violento que os homens dirigem às mulheres – frequentemente reduzindo-as a números, aparências ou utilidades –, ele também revela a existência de um sistema velado de cumplicidade masculina. Esse pacto tácito entre os homens se manifesta, por exemplo, no gesto do protagonista ao encobrir um caso extraconjugal do dono do restaurante que frequentava, recentemente falecido. Tal atitude evidencia uma espécie de camaradagem sustentada por valores patriarcais, em que a lealdade entre homens se sobrepõe à ética ou à justiça em relação às mulheres, reforçando, assim, estruturas de privilégio e dominação de gênero.

Os gols, que dão título ao conto, se referem à relação numérica que o protagonista possui com as mulheres, o que é evidenciado pela própria editoração do livro, que mantém os numerais grafados em negrito ao longo das mais de 20 páginas. O homem contabiliza suas conquistas sexuais como se fossem gols de futebol. A última frase do conto sintetiza esse cálculo: “Venho aproveitando os momentos de imobilidade para [...] fazer os cálculos mentais de quantos gols emplaquei. Desconfio que superei de longe os 1000 do Pelé” (Carbonieri, 2022, p. 38). A metáfora futebolística é fundamental para a estrutura narrativa e simbólica do conto, pois revela como o narrador transforma a experiência sexual feminina em performance de masculinidade, e como, a partir da concepção masculina, mulheres são reduzidas a troféus acumuláveis, prêmios por esforço ou objetos de escárnio quando não atendem a seus padrões.

A cada página, somos confrontados com o pensamento de um sujeito que enxerga o corpo feminino não como sujeito de desejo ou afeto, mas como território a ser conquistado. A mulher, aqui, é apenas mais um gol marcado. A sexualidade masculina se estrutura como campo de competição e poder, e o sexo se converte em estatística. A linguagem esportiva revela o grau de desumanização imposto às mulheres, que são vistas como adversárias a serem vencidas ou números a serem exibidos em comparação com os feitos de outros homens. O corpo feminino, como discutido por Naomi Wolf (2022), é reduzido ao seu valor de uso: sua função é agradar, servir, satisfazer - caso contrário, torna-se descartável. Esse apagamento da subjetividade feminina é ilustrado em trechos como “Prometi a mim mesmo que, caso conseguisse levar a princesa para os finais ainda naquele sábado, presentearia o Mancini com um Macallan 21” (Carbonieri, 2022, p. 16), em que a mulher não é sequer reconhecida enquanto indivíduo,

mas tratada como moeda de troca numa competição entre homens. Da mesma forma, a passagem “existia uma grande possibilidade de eu me surpreender e, depois da refeição, desfrutar da tão sonhada sobremesa” (Carbonieri, 2022, p. 16) equipara a mulher à sobremesa, à recompensa, como desprovida de agência e transformada em mercadoria.

Ao eleger protagonistas homens, Divanize lança luz sobre a misoginia estrutural e as formas insidiosas de violência simbólica que atravessam os discursos masculinos. O narrador parte do princípio de que a mulher ideal seria aquela que performa docilidade, submissão e atributos centrais da feminilidade normativa, que, muitas das vezes, servem à conveniência masculina. A misoginia praticada por todos os protagonistas de Divanize se ancora em noções milenares sobre o lugar da mulher na sociedade. A mística feminina a qual Beauvoir (1980) se refere aparece no texto de forma coercitiva, como uma série de critérios rígidos de utilidade doméstica e desempenho estético sobre a qual as mulheres são avaliadas. *Go/s* demonstra como essa coerção se traduz em expectativas práticas que limitam quem é digno de desejo, e, por conseguinte, de existência, conforme visto no trecho:

[...] se tornaram quase imprestáveis para a vida, pois nunca lhes ensinaram como realizar os mais simples afazeres domésticos. [...] tenho vontade de aplaudir de pé toda vez que me deparo com a raridade de uma moça que sabe cozinhar bem, por exemplo. Ou manter em ordem uma casa. Ou passar camisas masculinas com esmero. Ou coar um bom café [...] detesto essas que se dedicam inteiramente à carreira, negligenciando o seu lado mais feminino (Carbonieri, 2022, p.17)

Embora os homens reais que Divanize ilustra tolerem a presença das mulheres no âmbito do espaço público, rejeitam aquelas que reivindicam autonomia plena, especialmente quando se afastam do ideal estético e doméstico que ele considera desejável. Ao condenar as que “se dedicam inteiramente à carreira”, o personagem reforça a retórica antifeminista contemporânea, na qual o sucesso feminino fora do espaço privado é visto como uma ameaça à ordem de gênero estabelecida. Dessa forma, esse parâmetro se manifesta tanto na recusa à mulher independente quanto na glorificação daquelas que, além de belas, mantêm-se funcionais ao desejo masculino - como se a liberdade conquistada em outros campos devesse ser compensada com uma intensificação das exigências sobre a aparência e o comportamento.

A ritualização da beleza, aludida por Wolf, é outro aspecto que ganha concretude na exposição de Carbonieri ao dogmatismo machista de que dentre os papéis designados

às mulheres estaria o de adornar o mundo. O protagonista internaliza como norma social a crença de que a figura feminina tem como finalidade primordial servir de enfeite, reduzida à função estética, afinal, “É da vontade divina, o que se pode fazer?” (Carbonieri, 2022, p.24). Sob essa linha de raciocínio, ele ataca diretamente mulheres que se recusam a pintar os cabelos ou usar maquiagem, revelando seu incômodo frente à liberdade feminina. Consiste em uma demonização da mulher que ousa se assumir como sujeito de sua aparência. O senso comum machista e patriarcal entende o feminismo como ameaça direta à ordem estética masculina. “Não é à toa que todas as feministas de carteirinha são monstruosas” (Carbonieri, 2022, p.31). A desumanização é o resultado final da recusa à norma.

A obsessão com a juventude, como esperado, também reaparece, agora como exigência do narrador projetada sobre os corpos femininos com quem se relaciona: “Me oriento para que haja a diferença de ao menos 15 anos entre mim e qualquer eleita [...] O ideal seria um intervalo ainda maior, mas, desde que a lataria esteja em bom estado de conservação, podemos manter tal limite” (Carbonieri, 2022, p.19). Fica claro o caráter utilitarista e descartável atribuído ao corpo feminino. Sobretudo sob a perspectiva masculina, o valor feminino nunca deixa de estar vinculado à sua juventude e sua conformidade aos padrões de beleza hegemônicos. Como aponta Wolf (2022), o envelhecimento no rosto das mulheres é lido como defeito. Aqui, isso é levado ao extremo: a mulher madura é taxada de desvairada, indesejável.

Não valia muito o esforço, já que estava meio passada. Calculei que devia ter uns 38, 39 anos e, embora estivesse longe de ser feia, carecia de autocuidados. Tinha aderido a esse costume horrendo de não tingir mais os cabelos [...] muitas mulheres resolveram adotar essa tendência esdrúxula, e, de lá para cá, o contingente de desvairadas grisalhas só aumentou (Carbonieri, 2022, p.27).

No universo narrativo de *Gols*, assim como todo *Nave Alienígena*, o corpo feminino é esculpido por um olhar masculino moldado pelo padrão de beleza vigente, e tudo o que escapa a essa forma passa a ocupar o lugar do abjeto. Divanize explícita as fronteiras entre o corpo legível e o corpo repellido, como na passagem: “[...] velhas e gordas não há cabimento. A única possibilidade de uma mulher permanecer apetecível depois dos 30 é sendo magra e, melhor ainda, malhada, embora nesse caso não em exagero” (Carbonieri, 2022, p. 23). Assumindo posição segundo os apontamentos de Kristeva (1982) e Butler (2019a), compreende-se o abjeto, nesse panorama, como aquilo que,

mesmo sendo parte da experiência humana, é rejeitado para que o sujeito mantenha a ilusão de pureza e ordem. No conto, essa rejeição se faz inevitável à construção dos ideais e das declarações do narrador, que destitui de humanidade as mulheres que envelhecem ou engordam, uma vez que essas características transgridem o ideal normativo da feminilidade domesticada, desejável e útil:

Pelo menos não era gorda, o que, sem dúvida, contava pontos positivos. Quando são jovens, as cheinhas podem até ser uma opção interessante, desde que apresentem apenas sobrepeso e não obesidade de fato [...] Mas velhas e gordas não há cabimento. A única possibilidade de uma mulher permanecer apetecível depois dos 30 é sendo magra e, melhor ainda, malhada, embora nesse caso não em exagero (Carbonieri, 2022, p. 23).

O corpo abjeto, como se vê, se refere a qualquer corporalidade dissidente, como mulheres velhas, gordas, feministas, lésbicas ou que não performam feminilidade normativa. A abjeção funciona, portanto, como um dispositivo de controle: só existe lugar na narrativa - e no desejo - para aquelas que performam corretamente a feminilidade. As demais são rechaçadas com escárnio e descrédito. Desse modo, Divanize, ao dar voz a um personagem masculino tão profundamente impregnado pelo senso comum misógino, revela como a violência simbólica se atualiza na recusa ao corpo que envelhece, que engorda, que existe para além do olhar masculino. Nesse sentido, *Go/s* denuncia com precisão esse pacto coletivo de repulsa, apontando que a abjeção social não é uma falha de alguns homens, mas um funcionamento estrutural da lógica de gênero.

Conclusão

As reflexões empreendidas ao longo deste artigo evidenciam que as representações da feminilidade não podem ser compreendidas como expressão de uma essência natural, mas como resultado de longos processos históricos e culturais de produção discursiva. Desde a filosofia clássica até as teorias contemporâneas de gênero, observa-se a construção de mecanismos que subordinam as mulheres e reforçam hierarquias de poder. No entanto, o exame das produções literárias de autoria feminina, e em especial da obra de Divanize Carbonieri, revela como a literatura tem desempenhado papel fundamental na desconstrução dessas normas, expondo a

violência simbólica que atravessa os corpos femininos e subvertendo expectativas sociais e estéticas.

Nesse sentido, a literatura contemporânea brasileira escrita por mulheres não apenas questiona estruturas patriarcais enraizadas, mas também cria fissuras capazes de ressignificar identidades, instaurando espaços de resistência e visibilidade para corpos e vozes historicamente marginalizados.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo* – fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- BÍBLIA Sagrada. Gênesis, 2:21-23.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2024.
- BURNS, Edward McNall. *História da civilização Ocidental*. Homens das Cavernas até a Bomba Atômica, 1941.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2019a
- CARBONIERI, Divanize. *Nave alienígena*. Calida Editora. São Paulo. 2022.
- COULANGES, F. *A Cidade Antiga*. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- DUBY, Georges, PERROT, Michelle. *Filosofia do Gênero: Platão e Aristóteles e a diferença dos sexos*. Tradução de Maria da Cruz Coelho (Org.). *História das mulheres no ocidente: A Antiguidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1990.
- FERNANDES, Cleudemar. *Alves. Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.
- FORNER, Jane. *Sex, Myth, and Power: Reclaiming the “Dark Feminine”* in Anthony Davis’s *Lilith*. In: *Contemporary Opera in Flux*. University of Michigan Press, 2024
- FOUCAULT, M. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972/1973)*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015.
- GOMES, Carlos Magno. O lugar da identidade gênero na literatura brasileira. *Revista Leitura*, [S. l.], v. 1, n. 41, p. 75–97, 2019. DOI: 10.28998/2317-9945.200841.75-97. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7184>. Acesso em: 14 maio 2025.
- MURPHY, Ann V. “Sexualidade”. In: DREYFUS, H.L.; WRATHALL, M.A. (Orgs.) *Fenomenologia e Existencialismo*. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti e Luciana Pudenzi. São Paulo: Loyola, 2012, p. 441-452.
- PLATÃO. República. Organização: Daniel Alves MachadO. Brasília: Editora Kiron, 2012.
- ROSSINI, Tayza Nogueira. A construção do feminino na literatura: representando a diferença. *Trem de Letras*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 97–111, 2016. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/tremdeletras/article/view/459>. Acesso em: 14 maio 2025.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres. In: RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Editora Ubu, 2017.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução e notas Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

TELLES, Norma. Autor+a. In: JOBIM, Luiz (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

Recebido em: 21/09/2025

Aceito em: 21/04/2026